

Proposta declaração de voto Contas – reunião 11.04.2024

As Contas apresentadas pela Câmara Municipal de Ílhavo (CMI), refletem opções políticas tomadas pelo Executivo Unir para Fazer (UPF) em 2023 e revelam um resultado anual positivo de 3.263.461,70 Euros, ou seja, apresentam Rendimentos superiores aos Gastos neste montante. Este Resultado de 2023, decorre essencialmente de um total de Rendimentos de 34.907.228,98 Euros, por contrapartida de Gastos no montante de 31.643.767,28 Euros. Em termos de mandato UPF (2021-2023), as Contas refletem um aumento de 8,5 Milhões de Euros em Rendimentos, por contrapartida de um aumento de 5,5 Milhões de Euros em Gastos, resultando num diferencial positivo agregado, nestas matérias e num quadro de inflação, de cerca de 3 Milhões de Euros, com grande ênfase, na capacidade de cobrança pela CMI de mais impostos.

No que concerne a rendimentos e receitas geradas, a CMI operou num período macroeconómico de robustez e algum dinamismo económico na economia nacional, tendo em atenção o crescimento de 2,1% da economia portuguesa em 2023, segundo o Banco de Portugal (BP).

Em termos de Receitas e conforme refere o documento, a CMI refere “*À receita do exercício de 2023 no montante de 34.333.532,46 euros deve-se acrescentar o montante de 6.625.578,82 euros correspondente à integração do saldo de 2022*”. E apresentou “*mais 2.892.061,86 euros de receita arrecadada*”. Este acréscimo é justificado fundamentalmente “*com o maior encaixe de receita dos impostos diretos, com maior destaque para o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT)*.” Este imposto (IMT) contribuiu, por comparação com 2022, com cerca de mais 1 milhão de Euros, para as receitas totais de impostos diretos, que são em 2023, de 15.482.117,09 Euros.

Uma importante nota sobre o Gasto em Despesas Correntes, por comparação com o gasto em Despesas de Capital. Como sabemos, as despesas de capital são as que enriquecem verdadeiramente o território. Entram nesta tipologia as obras e investimentos que se fazem e que permitem melhorar a qualidade de vida das populações. Por oposição, as despesas correntes são necessárias, essencialmente como

suporte, para que a Atividade se desenvolva. Ora, conforme se refere no Relatório: *“constatamos que as despesas de capital atingiram 9,7 milhões de euros, com uma taxa de execução de 71,30%.”* Urge melhorar esta taxa de execução. Temos ainda de reforçar este caminho de aumento das despesas de capital - como exemplo e em 2021 (ano ainda maioritariamente com Governação PSD) as despesas de capital foram de 10.562.499,59 euros.

Tendo ainda em conta o enorme e singular saldo de gerência integrado, existe (e existiram) condições para a realização de muito mais obra, investimento e apoio às forças atuantes da comunidade. O saldo de gerência deve ser analisado em conjunto com as obras no terreno, as dinâmicas e o apoio efetivo aos agentes económicos e sociais locais, para ser um instrumento adequado e proporcional de política pública. Um Saldo de gerência é um instrumento de gestão, mas a magnitude de um saldo de gerência de 6,6 Milhões de Euros, incorporado de 2022 nas Contas de 2023 na CMI, significa e por simplificação, que 1/5 de Orçamento se encontra “estagnado” ou não executado e que, em cada 100 euros orçamentados e aprovados, mais de 20 euros, não estão a ser executados ou estarão atrasados na sua realização. Essa realidade coincide com a perceção genérica de pouca ação, por parte deste executivo. Em termos proporcionais, corresponde ao orçamento de - como exemplo – 8 Juntas de Freguesia de S Salvador (JFSS), orçamento este que se encontra “parado”. Ou seja, se pegarmos no trabalho anual de uma Junta com o “tamanho” de S. Salvador, temos 8 anos parados, em Saldo de gerência da CMI!!!

Quanto aos Fundos Comunitários, foram inscritos 1.228.248,08 Euros em 2023. Os Fundos Comunitários têm assumido gradualmente, uma condição de importância que pareciam não ter quando este Executivo tomou posse, nomeadamente quando o Sr. Presidente afirmou, na sua tomada de posse, num sinal completamente errado, que “os fundos comunitários não serão o alfa e o ómega” da governação UPF. Saudamos a subida desta rubrica em cerca de 400 mil euros - o ano anterior (2022), foi verdadeiramente mau, em termos de captação de fundos comunitários – mas devemos ter presente a perspetiva clara, de que 2023 foi um ano em que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) estava já em implementação plena, com uma dotação incomparável e muitas oportunidades relevantes, por via da “bazuca” PRR. Todos sabemos que, a

capacidade de atrair e cativar Fundos Comunitários é um ponto crítico para o crescimento sustentado de qualquer município.

Analisando a tesouraria e o endividamento, são várias as palavras e expressões que corporizam uma boa situação, começando pela validação e consciência do trajeto decrescente de endividamento, que já tinha vindo sendo seguida pelos Executivos do PSD. Em 2023, como refere o documento, o montante da dívida de médio e longo prazo foi de 866.615,83 Euros. Refere até o documento que *“Por outras palavras, o saldo registado em 2023 revela que o equilíbrio das contas não depende da obtenção de financiamento externo, mas antes na capacidade de autofinanciamento do Município...”*.

Em suma, o ato de governar exige um constante equilíbrio entre bem gerir, e a capacidade de assumir um nível de risco adequado e arrojado, para que não sejam as Contas, o fim em si mesmo, mas sim um meio, para melhor servir as populações.

Para o PSD as metas económicas são um meio, para melhor poder potenciar a vida em conjunto, das pessoas e agentes económico-sociais. O foco e o objetivo é o equilíbrio e uma gestão rigorosa e sustentável: Como imagem “gráfica” e simplista, comparemos dois cenários, apenas como conceito e sem preocupações metodológicas: Observemos um organismo que tem um orçamento de 30M€, conseguindo esses 30M€ de receita e tem como contrapartida, uma despesa e gasto corrente(s) de 20M€. Num primeiro cenário e se nada executar em termos de despesa de Capital (que é investimento), terá potenciais resultados positivos substanciais, pela diferença entre receita alcançada e despesa efetiva. Avançando para um segundo cenário, à medida que executa e investe, terá menor fulgor nos resultados económico financeiros apresentados, por aumento da despesa de Capital, mas e neste caso, teremos um segundo cenário muito melhor para as populações e os agentes económicos e sociais. Um Resultado Líquido com a dimensão de 3.3M€ demonstra que temos tido razão, quando ponderadamente, vamos solicitando mais atenção para pessoas, Instituições, Juntas ou demais entidades da comunidade. Tem existido muito pouco Investimento, para o nível de receita da Câmara – receita esta, que é um custo para os munícipes.

Pelo acima exposto, os Vereadores do PSD abstêm-se neste ponto.